



MUNICÍPIO DE AROUCA  
CÂMARA MUNICIPAL

# EDITAL

N.º 39/2018

(Art.º 56.º da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro)

----- **MARGARIDA MARIA DE SOUSA CORREIA BELÉM**, Presidente da Câmara Municipal de Arouca: -----

----- Torna públicas, durante cinco dias, nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, as deliberações tomadas por esta Câmara Municipal, na sua reunião ordinária realizada no dia 20 de abril de 2017 e que abaixo se transcrevem: -----

----- **01. PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE AROUCA - FASE 2 – DEFINIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA DA VILA DE AROUCA, DE ALVARENGA E DE ESCARIZ-FERMEDO**-----

----- Foi presente à consideração da Câmara a versão final do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Município de Arouca – fase 2 – Definição das Operações de Reabilitação Urbana da Vila de Arouca, de Alvarenga e de Escariz-Fermado, acompanhada da proposta da senhora Presidente, documentos que se dão aqui como reproduzidos e a fazer parte integrante desta ata. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade: -----

----- 1. Aprovar as Operações de Reabilitação Urbana (ORU) da Vila de Arouca, de Alvarenga e de Escariz-Fermado, consubstanciadas no Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PEDU) que constam do documento que antecede; -----

----- 2. Conceder aos proprietários e titulares de outros direitos sobre edifícios ou frações autónomas abrangidas, nos termos da legislação aplicável, para além dos incentivos fiscais que resultam diretamente da lei, designadamente em termos de IRS, IRC e IVA, a isenção dos seguintes impostos municipais: -----

----- 2.1. Isenção do imposto municipal sobre imóveis (IMI) por um período de 5 anos, com possibilidade de renovação por igual período; -----

----- 2.2 A isenção do imposto municipal sobre a transmissão onerosa de imóveis (IMT) na primeira transmissão onerosa de prédio ou fração autónoma de prédio reabilitado. -----

----- 3. Submeter o assunto à consideração e aprovação da Assembleia Municipal. -----

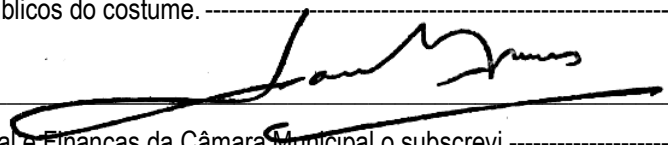
----- Os Vereadores senhores Fernando Mendes e Vítor Carvalho apresentaram a seguinte declaração de voto: -----

----- “Nós, Fernando Mendes e Vítor Carvalho, votamos a favor, no entanto entendemos que a Câmara terá que ter um desígnio que passe pela coesão territorial pelo que deve haver um plano municipal no sentido de que haja investimentos nas outras freguesias que ficam sem acesso a este programa.-----

----- O Município de Arouca é composto por mais 13 freguesias que merecem que tudo seja feito no sentido de potenciar e reforçar a atratividade, criando uma centralidade em cada freguesia, nomeadamente de infraestruturas e dinâmicas que permitam a fixação da população e a preservação da sua identidade local.-----

----- Arouca precisa de um desenvolvimento harmonioso e equilibrado, pois só assim conseguirá um desenvolvimento integrado e global do concelho e das suas gentes como um todo.”-----

----- Para constar e devidos efeitos se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos locais públicos do costume.-----

----- E eu , Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal o subscrevi.-----

----- Arouca e Edifício dos Paços do Concelho, 8 de maio de 2018.-----

A Presidente da Câmara,